

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O OLHAR DE UM EGRESSO SURDO

Francisca Melo Agapito<sup>1</sup>

Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen<sup>2</sup>

Maria Isabel Lopes<sup>3</sup>

Marcelo Franco Leão<sup>4</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa as percepções de um acadêmico surdo sobre seu processo formativo no curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior no município de Imperatriz-MA. O estudo foi embasado em autores da área de formação de professores, surdez e outros relevantes para a temática. Foi realizado entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015. Trata-se de uma pesquisa documental e de campo, seguindo abordagem qualitativa. Nesse sentido, foi realizado um estudo de caso e os instrumentos para coleta de dados foram observação participante e entrevista semiestruturada com o pesquisado. A análise de dados se deu por meio da construção de categorias, que é a base da técnica de Análise de Conteúdo. Dessa forma, foi possível evidenciar que muitos avanços foram alcançados com a educação inclusiva e as políticas públicas, potencializando a entrada de pessoas surdas no ensino superior. Ficou perceptível, também, que ainda há a necessidade de transpor desafios, como a construção de acepções mais claras sobre a pessoa surda, sua língua e seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Professores surdos. Formação acadêmica. Inclusão.

**Abstract:** This paper aims to describe and analyze the perceptions of a dull academic about their educational process in the Institution of pedagogy course of Higher Education in Imperatriz-MA. The study was based on authors of the area of, training of teachers, deafness and other relevant

---

1 Pedagoga. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Uema) e Libras. Mestra em Ensino pelo Centro Universitário UNIVATES. Professora do Parfor. Professora da Universidade Federal do Maranhão (Ufma).

2 Doutora em Ciências, ênfase em Ecologia pela Ufrgs. Docente do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Exatas e Mestrado em Ensino da Univates.

3 Doutora em Educação. Professora adjunta do Centro Universitário UNIVATES.

4 Doutorando em Educação e Ensino de Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ensino pelo Centro Universitário UNIVATES. Especialista em Orientação Educacional pela Faculdade Dom Alberto e em Relações Raciais na Educação e na sociedade Brasileira pela UFMT. Licenciado em Química pela Unisc e em Física pela Unemat. Professor de Química do IFMT – *campus* Confresa (MT). E-mail: marcelofrancoleao@yahoo.com.br

to the theme and was held between the first half of 2014 and the first half of 2015. We used the documentary and field research, with a qualitative approach. In this sense we conducted a case study and the instruments for data collection were participant observation and semi-structured interview with the researched. The data analysis was done through the construction of categories, based on content analysis technique. Thus, it became clear that many advances have been achieved with inclusive education, chances to enter higher education worsened the entry of deaf people in gyms. It was also noticeable that there is still the need to overcome challenges such as the construction of meanings clearer about deaf people, their language and their development.

**Keywords:** Deaf teachers. Academic education. Inclusion.

## INTRODUÇÃO

No âmbito social e educativo brasileiro têm-se observado ações que visam a uma revolução no modo de pensar e ver as pessoas com necessidades educacionais especiais. Na medida em que crescem, esses fatores tornam-se cada vez mais complexos, necessitando de discussões e estudos. Em se tratando de pessoas surdas, essa situação não é diferente.

Masetto (2012) trata da formação de professores na contemporaneidade e das perspectivas para sua atuação com vistas a contemplar as necessidades da sociedade vigente. Considerando o acesso ao ensino, Manzini (2008) descreve que esse termo se refere não apenas ao ingresso, mas também à permanência de alunos com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), dando-lhes condições de concluir o curso de forma igualitária.

Partindo do pressuposto de que a educação inclusiva visa a atender a todos os alunos, independente de suas características físicas, socioculturais ou biológicas (LIMA, 2012), importa identificar as ações legais que asseguram o acesso de pessoas surdas ao ensino superior, com vistas a recebê-las da melhor forma possível. Baseado nessa realidade, este estudo tem como objetivos descrever e analisar as percepções de um acadêmico surdo sobre seu processo formativo no curso de Pedagogia de uma IES no município de Imperatriz-MA. O estudo torna-se oportuno pelo fato de a sociedade estar vivenciando um momento histórico marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas, mas também caracterizado por inúmeras oportunidades direcionadas para esse grupo específico.

## A PESSOA SURDA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, determina que a formação para a atividade docente, dentre várias orientações, deve promover a preparação para atender a diversidade. Seguindo esse raciocínio, o preparo para os futuros profissionais da educação necessita seguir os preceitos da educação para todos (BRASIL, 2002a).

A prática da inclusão propõe novo modelo de interação social, por ser um processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos indivíduos. Por isso, fala-se em revolução de valores

e atitudes que exigem mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar, que deve se adequar para atender a todos nos seus diferentes níveis de ensino (LIMA, 2012).

Nesse contexto, é salutar pensar na formação de surdos que atuem como educadores, já que a realidade se encontra imersa nos pressupostos de uma educação inclusiva que prepare os alunos para o exercício crítico e reflexivo do trabalho em sociedade, bem como para o desenvolvimento cognitivo e profissional deles, com vistas a promovê-los a níveis mais elevados de conhecimento e, conseqüentemente, à conquista de sua cidadania.

Outro fator a ser mencionado, que proporcionou mudanças no cenário educacional e abriu a possibilidade de se discutir e trabalhar em prol da formação de professores surdos no século XX, são as conquistas adquiridas, como o reconhecimento da comunidade surda, da Libras nas escolas e do surdo como um ser cultural (LOPES, 2011). Nessa conjuntura, esse autor explicita que:

Com a forte ênfase na formação de professores e pesquisadores surdos, principalmente no campo da Educação, os cursos de magistério começaram a ser os mais procurados pelos surdos para fazerem a sua formação. A luta era pela qualificação de um corpo de profissionais surdos capazes de servirem como referência para crianças e jovens surdos (LOPES, 2011, p. 25).

Diante da necessidade de haver uma sistematização nesse campo para os surdos, a formação desses professores necessariamente deve prover conhecimentos harmônicos com o mundo contemporâneo. Nesse sentido, é importante que as instituições de ensino tenham a capacidade de pavimentar caminhos e arquitetar pontes para transpor obstáculos e formar profissionais críticos, reflexivos e atuantes na sociedade.

Atualmente, com o respaldo legal do Decreto nº 5.626/05, o conceito de pessoa surda e pessoa com deficiência auditiva tornou-se mais claro, evidenciando suas diferenças e características básicas. Em seu primeiro capítulo, artigo 2, o referido decreto declara que:

[...] pessoa surda é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005a).

Assim, os termos surdo e deficiente auditivo são conceituados de formas diferentes. A comunidade surda tem preferência por ser denominada pela terminologia surda e não deficiente auditivo, pois, conforme a citação acima, o surdo é usuário de Libras, possui uma cultura e uma identidade surda, ao passo que o deficiente auditivo não se enquadra nessas características.

Nesse sentido, tomando como aporte teórico o documento legal citado anteriormente, optou-se por utilizar aqui o termo surdo ou pessoa surda, pois as características enfatizadas sobre esse ser, como explicita o Decreto nº 5.626/05, estão em conformidade com o objeto de pesquisa da presente investigação, além

de ser considerado pela pesquisadora a mais adequada para caracterizá-lo e para discorrer sobre suas percepções.

As IES, enquanto instituições abertas a todos, precisam estar preparadas para atender a diversidade de sujeitos, tendo em vista a igualdade de oportunidades e de garantia do desenvolvimento da aprendizagem. No âmbito da educação inclusiva, isso se concretizou, principalmente a partir da criação de políticas públicas em prol do acesso às universidades, a exemplo da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que institui as cotas para as universidades públicas e o Programa Universidade para Todos (Prouni), institucionalizado por meio da Lei nº 11.096/05 e que reserva vagas para candidatos com deficiência, autodeclarados indígenas, pardos ou negros, nas IES privadas (BRASIL, 2005b).

Há, contudo, para que esse processo ocorra efetivamente, a necessidade de repensar práticas educacionais que viabilizem e contribuam para o acesso e a permanência de surdos no Ensino Superior, além de ações conjuntas que sejam realizadas com o intuito de promover-lhes os parâmetros necessários para que aconteça a melhoria das práticas educativas e de sua formação (RANGEL; STUMPF, 2012).

É fundamental que sejam oportunizados meios para integração de pessoas surdas, tais como respeito à sua diferença linguística, intérprete de Libras, acessibilidade visual, currículo adaptado, entre outros. A esse respeito, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), destaca que:

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, as comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

Logo, é essencial que as IES sofram adaptações para receber alunos surdos, buscando não só recursos pedagógicos que respeitem o fato de eles apreenderem o mundo por meio de experiências visuais, como também oferecendo condições que eliminem as barreiras existentes, o que favorece a plena participação desses alunos, considerando suas peculiaridades.

Segundo o governo federal, as IES têm função de destaque na política da educação inclusiva, na medida em que é a partir delas que terão profissionais com formação docente, capacitados para sistematizar e concretizar a inclusão, visto que “a formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente” (BRASIL, 1998).

Levando em consideração a quebra de barreira de comunicação referente à pessoa surda, são destacados ainda os serviços do profissional intérprete de Libras, que deve funcionar como elo de comunicação entre surdos e ouvintes. Esse profissional é citado na Lei nº 10.098/00, artigo 18, a qual destaca a relevância de

prover a formação desse profissional. Além disso, ele deve “[...] facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação” (BRASIL, 2000).

Cabe ressaltar a afirmação de Bourdieu (2008, p. 49), segundo a qual “o domínio da língua legítima pode ser adquirido pela familiarização, ou seja, por uma exposição mais ou menos prolongada à língua legítima ou pela inculcação expressa de regras explícitas”, o que leva a pensar os principais meios para a aquisição competente da língua são a família e a escola. Posto isso, a pessoa surda necessita ter contato com sua língua materna no ambiente educacional, com o intuito de promover uma formação de nível superior eficiente.

Pensar, portanto, nas IES como um canal para o desenvolvimento educacional e a formação da pessoa surda é convergir esforços para concretizar a quebra de barreiras, e torná-la um agente político nessa luta, dando-lhe igualdade de condições para alcançar maiores níveis de escolarização e conhecimento e, futuramente, atuar como profissional na área educacional se assim desejar, contribuindo de modo significativo na sociedade em que vive.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PESSOA SURDA: BUSCANDO APROXIMAÇÕES**

Na sociedade atual, ter uma formação coerente com as exigências da atualidade é uma necessidade. A velocidade com que as informações chegam e as exigências mercadológicas que priorizam profissionais qualificados fazem do processo formativo um importante elemento para o desenvolvimento dos indivíduos nesse novo formato social, em que as transformações no mundo científico e as tecnologias ocorrem de forma dinâmica (GARCÍA, 1999).

Nessa concepção, pensar na formação de professores é conjecturar a constituição de uma identidade profissional que contemple a construção da autonomia e da inovação, proporcionando um trabalho pedagógico que desenvolva competências, habilidades, criatividade e intencionalidade. Basta ver que o conhecimento produzido por essa sociedade está profundamente ligado ao sistema de formação e educação em vigência (TARDIF, 2012).

O professor, como um ator intrínseco a esse processo, tem um papel imprescindível, uma vez que é por meio dele, além de construções fundamentadas em alicerces consistentes, que os alunos devem conseguir apreender os conteúdos propostos em sala de aula, para que, posteriormente, possam utilizá-los em sua vida prática. É o professor que auxiliará o aluno na busca por conhecimentos acerca dos conteúdos científicos, a ter embasamentos teóricos e a agregá-los ao contexto em que está inserido, dando-lhe possibilidade de poder agir, refletir e transformar a realidade (BARBOSA; CATANI, 2003).

Em se tratando da formação de futuros professores surdos, torna-se fundamental englobar a perspectiva formativa, focando preceitos pedagógicos em busca de um desenvolvimento eficaz do surdo. Sobre a formação pedagógica, significa dizer que o futuro professor surdo deve construir embasamentos na

sua formação inicial e continuada para o exercício do magistério em sala de aula, processo este que está intrinsecamente ligado à teoria e à prática.

Trazendo essa realidade para a perspectiva surda, faz-se necessário ter um profissional com qualificação adequada para trabalhar no ensino de Libras, tanto para surdos quanto para ouvintes, como explica o artigo 5º do Decreto nº 5.626/05, no Capítulo III, o qual trata da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras:

A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue (BRASIL, 2005a).

Assim, a formação do professor surdo deve ser ofertada em nível superior com bases concretas, para que ele possa exercer sua função com propriedade, construindo conhecimentos tanto na sua língua materna, a Libras, quanto na segunda língua, a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, obtendo, desse modo, fundamentos sistemáticos para ensinar a disciplina de Libras posteriormente. Nesse contexto, o curso de Pedagogia é o principal meio para que os futuros educadores surdos possam trabalhar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Torna-se fundamental que as formações visem à transformação, à construção e à reformulação dos saberes docentes, com vistas à melhoria na qualidade da educação como um todo. Nessa ótica, um professor que trabalha para melhorar seu fazer pedagógico busca adaptar-se às novas mudanças, promove inovações didáticas, torna-se um mediador no processo de ensino e aprendizagem, pode obter resultados positivos, proporcionando mudanças significativas no processo educativo, principalmente relacionadas à construção de conhecimentos dos alunos.

Para Pimenta e Anastasiou (2010), a atuação do professor, ou seja, suas ações, valores, desejos etc., está vinculada à formação pedagógica. Nesse sentido, o professor deve proporcionar aos alunos meios e mecanismos inovadores que lhe possibilitem melhor apreensão dos conteúdos propostos. Ainda nesse sentido, os autores supracitados destacam que a profissão envolve a “capacidade para conceber e implementar novas alternativas, diante da crise e dos problemas da sociedade” (2010, p. 196).

Em seus estudos, Silva (2012, p. 90) descreve que “A reflexão sobre a educação de surdos deve situar-se igualmente no nível das metodologias de ensino, das disciplinas pedagógicas e dos princípios educativos gerais”. E o processo de formação educacional da pessoa surda deve estar embasado em pressupostos teóricos condizentes com sua prática laboral, para poder atuar na educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental. As disciplinas pedagógicas devem ter uma base consistente que permita uma preparação para o ensino em sala de aula e uma atuação coerente com suas pretensões como educador.

Fica ratificado como a formação de professores, tanto surdos quanto ouvintes, na contemporaneidade deve buscar, portanto, uma formação crítica, que

promova transformação, proporcione embasamentos teóricos, práticas educativas, novas estratégias de ensino, inovação nas aulas, olhar voltado às diferenças em sala de aula, reflexão acerca de sua atuação, efetivação de mudanças no processo de ensino e preconize uma aprendizagem mais significativa aos alunos em sala de aula.

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Para a realização desta investigação, o caminho metodológico percorrido foi a pesquisa qualitativa. Buscando obter uma análise pautada na percepção mais aprofundada do sujeito da pesquisa, foi realizado um estudo de caso. Conforme Yin (2001, p. 67), esse é justificável “se o caso se constituir em um evento raro ou exclusivo ou se servir a um propósito revelador”.

Nessa perspectiva, fez parte deste estudo um egresso surdo de um curso de Pedagogia do município de Imperatriz-MA/BRA. O pesquisado adentrou na IES em 2009, por meio do Prouni, e concluiu as disciplinas no segundo semestre de 2014, realizando a defesa de seu artigo no primeiro semestre de 2015 e a colação do grau um mês após a conclusão e apresentação do trabalho de conclusão de curso. Em se tratando do período de investigação, o presente estudo delimitou o primeiro semestre de 2014 até o primeiro semestre de 2015.

Na coleta de dados, primeiramente, o entrevistado assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), permitindo o desenvolvimento desta investigação. Optou-se por utilizar a entrevista semiestruturada, que permite ao entrevistador aproveitar pontos destacados pelo entrevistado que podem ser melhor explorados (TRIVIÑOS, 2008).

O roteiro contou com cinco questões abertas, destacadas a seguir: “Como foi o processo para você adentrar no ensino superior?” “Por que você escolheu um curso de formação de professor?” “Destaque os pontos que você considerou mais relevantes sobre seu aprendizado no decorrer do curso superior”. “Destaque os desafios que foram mais marcantes no cotidiano em sala de aula”. “Quais suas perspectivas após a conclusão do ensino superior?”

A duração da entrevista foi de 40 minutos. As perguntas foram realizadas por meio da Libras e todo o processo foi filmado, considerando que a língua utilizada nesse processo, ou seja, a Libras, é de modalidade visual e espacial.

A análise dos dados foi alicerçada na técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2012). Assim, das informações coletadas na entrevista emergiram categorias que serviram de base para discorrer sobre a temática abordada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir da análise da entrevista surgiram três categorias descritas a seguir, conforme a ordem de análise: “Adentrar no ensino superior: um divisor de águas”; “Aprendizagem no curso de Pedagogia” e “Desafios e possibilidades no contexto acadêmico”. No presente estudo, o entrevistado é identificado pelo nome fictício “Rafael”, de modo a manter sua identidade preservada.

## **ADENTRAR NO ENSINO SUPERIOR: UM DIVISOR DE ÁGUAS**

Trazendo à tona o terreno tortuoso que foi o percurso histórico dos surdos, é notório dizer que as proposições feitas que sempre levaram a crer que estes foram seres incapazes de adquirir independência e autonomia para escolher seu próprio caminho ainda se fazem presentes em muitos aspectos.

Assim, muitas pessoas surdas tiveram e ainda têm dificuldades decorrentes do processo histórico e educacional vivenciado, como evidenciam os estudos de Rangel e Stumph (2012, p. 117): “Poucos chegam ao Ensino Médio, pouquíssimos à universidade [...]”. Nesse sentido, esta categoria destaca algumas percepções do entrevistado sobre seu acesso ao ensino superior.

Quando eu terminei o ensino médio, fiz vestibular, mas não consegui entrar no curso superior. Tentei algumas vezes. [...] Para a pessoa surda, eu penso que é mais difícil, porque o processo todo é realizado pensando nos ouvintes – as provas são na Língua Portuguesa [...] (RAFAEL, 2015).

As dificuldades encontradas nas provas de vestibular são um bom exemplo de que o acesso ao ensino superior é mais complexo para a pessoa surda, visto que sua língua materna é a Libras, uma língua visual e espacial, com estrutura gramatical própria. Em contrapartida, o processo avaliativo dos vestibulares é todo realizado na Língua Portuguesa, a segunda língua da pessoa surda.

Sobre o discurso do entrevistado, convém enfatizar também que ele revela o legado deixado pelas diferentes práticas pedagógicas aplicadas à pessoa surda, que ora enfatizam o oralismo em detrimento dos demais conhecimentos cognitivos e na língua de sinais, ou ainda priorizavam a comunicação relegando os demais processos ao segundo plano (GOLDFELD, 2001).

Consoante a isso, Silva (2012, p. 89) argumenta que a consequência de tais práticas é que “[...] um grande número de surdos, ao concluir sua escolarização básica, não é capaz de ler e escrever fluentemente ou de ter domínio sobre os conteúdos pertinentes a esse nível de escolarização”. Isso significa dizer que muitas lacunas se formaram nesse processo e os conhecimentos necessários para prestar um vestibular e adentrar no ensino superior são deficitários.

Vale, contudo, lembrar também que, apesar de o surdo ter a Libras como Língua materna, a Lei nº 10.436/02 explicita, no parágrafo único do artigo 4º, que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002b). Desse modo, a pessoa surda necessita ter conhecimentos sobre a sua segunda língua, ou seja, a Língua Portuguesa, com vistas a sua utilização nos momentos que se fizer necessário.

Ademais, como exemplo de seleção que tem como base das provas a Língua Portuguesa na modalidade escrita, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que, em conformidade com o Ministério da Educação, tem como “objetivo avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica”. Além disso, destaca-se que, atualmente, “[...] cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja complementando ou substituindo o vestibular” (BRASIL, 2015, texto digital).

Sobre o processo para o ingresso no Ensino Superior, o entrevistado descreve: “Quando eu fiz o Enem, fiquei muito feliz porque minha nota foi boa. [...] mas depois que fiz a inscrição do Prouni, fiquei na dúvida, pois não imaginava que realmente seria selecionado” (RAFAEL, 2015).

A partir do discurso do entrevistado, entende-se que as dificuldades vivenciadas no seu processo educacional até o momento anterior ao acesso à universidade permaneciam no seu imaginário. A descrença na possibilidade de adentrar no ensino superior ainda permeia a vida de muitas pessoas surdas, além da incapacidade inculcada pelas abordagens educacionais ineficazes, dentre outras, se manifestam nas concepções que muitos surdos têm de si mesmos.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa criado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005,

[...] concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior (BRASIL, 2005b, texto digital).

Dentre os candidatos que podem fazer o processo seletivo, há vagas destinadas às pessoas com deficiência, possibilitando, assim, a participação de todos no processo. Nessa perspectiva, após obter uma nota no Enem que possibilitasse a inscrição no Prouni, o pesquisado foi selecionado para uma IES particular. Sobre esse aspecto, ele explica que:

Fiz a inscrição no Prouni e optei pela bolsa de estudos integral. Quando fui selecionado, organizei rápido a documentação. [...] fiquei feliz e emocionado porque era o curso que eu queria. Na minha opinião, poder frequentar um curso superior utilizando o Prouni foi um momento muito importante para que todas as pessoas com deficiência consigam se desenvolver e se formar (RAFAEL, 2015).

A possibilidade de adentrar no ensino superior por meio do Prouni foi extremamente relevante para o entrevistado. A opção pela bolsa integral foi outro fator a ser evidenciado, pois permitiu que o egresso investigado pudesse frequentar um curso superior em uma IES particular, tendo os custos de seus estudos pagos pelo programa. Tal situação é vista de modo relevante na sociedade contemporânea, pois o papel do ensino superior é buscar minimizar as barreiras sociais ainda existentes, buscando formar cidadãos que possam contribuir com a sociedade em que vivem (GLAT, 2007).

Considerando as políticas públicas que buscam promover a inclusão, elas são ainda incipientes, e discussões sobre sua real função, ou seja, a democratização da educação superior, ainda permanece no cenário educacional. Contudo, essa investigação não visa a aprofundar tal discussão.

## **A APRENDIZAGEM NO CURSO DE PEDAGOGIA**

O processo de aprendizagem dos alunos na educação contemporânea deve ser voltado para uma perspectiva global, de modo a contemplar aspectos sociais,

culturais e pessoais, devendo suas necessidades e peculiaridades serem consideradas para que haja um desenvolvimento integral (MORIN, 2005).

Nesse sentido, são destacadas nesta categoria algumas falas do entrevistado acerca da escolha pelo curso de Pedagogia, sobre as aprendizagens adquiridas e alguns outros aspectos relacionados à temática, como segue:

A sociedade hoje exige que um bom profissional tenha conhecimentos. Eu queria fazer um curso superior para ensinar, ser professor de Libras, ensinar ouvintes e principalmente surdos. Por isso fiz Pedagogia. Estou feliz com a minha escolha (RAFAEL, 2015).

Observa-se que o depoimento do entrevistado confirma as exigências sociais referentes à profissionalização de professores, conforme enfatiza a Lei nº 9.394.96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sobre a formação de professores para o ensino na educação infantil e anos iniciais, destacando:

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

A escolha pelo curso de Pedagogia foi a solução mais coerente para o então acadêmico surdo ter a formação necessária conforme a exigência legal, para exercer a função docente na educação infantil e nos anos iniciais. Destaca-se, ainda, sua busca por conhecimentos que lhe embasassem no seu laboro, pois o entrevistado explicou o desejo de ser professor. Ao explicar sobre os saberes pedagógicos, Cambi (1999, p. 642) destaca que a pedagogia torna-se:

[...] cada vez mais central: social, política e culturalmente. De fato, pela pedagogia passam os diversos problemas da convivência social e da projeção política, como também os da continuidade e da renovação cultural: todos esses problemas implicam um empenho de formação [...].

O curso de Pedagogia visa à preparação crítica, plural, dinâmica e dialética, com vistas a contribuir com a transformação social e proporcionar o desenvolvimento de todos os envolvidos nesse processo. Aqui observa-se o quanto o entrevistado teve a preocupação em obter uma formação que lhe desse sustentação teórica para lidar com os diversos problemas sociais e com a diversidade existente em sala de aula.

A educação torna-se protagonista na contemporaneidade, exercendo uma função totalmente significativa na aprendizagem e na constituição de indivíduos conscientes e sabedores de seus papéis, além de ensejar uma mudança significativa na construção e na posterior utilização dos conhecimentos teóricos que possam ser significativos para o uso na vida prática. Conseqüentemente, a educação pode formar cidadãos críticos, reflexivos e, principalmente, atuantes na sociedade. Referente à construção de aprendizagens, são ressaltadas as seguintes falas:

No começo foi muito difícil, ter contato com novas palavras, nomenclaturas diferentes... [...]. Aprendi muito sobre várias temáticas, sinais na Libras que são científicos e eu não conhecia, didática para ministrar aulas, e muitos outros. Minha mente se abriu para novas possibilidades e eu percebi o quanto é importante adquirir bases para realizar um trabalho de qualidade (RAFAEL, 2015).

Adentrar no ensino superior é um momento singular na vida de qualquer pessoa. Os conhecimentos que se seguem devem proporcionar a construção de uma personalidade profissional crítica, reflexiva e consciente.

A experiência relatada pelo egresso surdo revela que a situação lhe trouxe fundamentos significativos, desde a aquisição de novos sinais da sua língua materna, a Libras, até uma percepção mais clara sobre conhecimentos necessários para a atuação, demonstrada na seguinte fala: “minha mente se abriu para novas possibilidades e eu percebi o quanto é importante adquirir bases para realizar um trabalho de qualidade”.

Ainda sobre o processo de aprendizagem no ensino superior, o entrevistado disse: “foi essencial, pois acredito que me tornei um profissional com conhecimentos coerentes. Sei que tenho muito a aprender, mas posso afirmar que o ensino superior me transformou” (RAFAEL, 2015). A construção de conhecimentos que servirão como suporte para um exercício consciente fica ratificada na fala acima. Adentrar na academia foi um momento único e cheio de transformações para esse egresso do curso de Pedagogia. Ressalta-se ainda o seguinte depoimento:

Conhecer a história de vários teóricos da educação e suas teorias me deixou fascinado para querer aprender mais. Lembro muito de Paulo Freire e a educação dialógica, para a vida; Vygotsky também. A filosofia da educação também me marcou bastante (RAFAEL, 2015).

O discurso do entrevistado demonstra pontos abordados pelo curso de Pedagogia, como as teorias educacionais que permeiam o processo formativo, constituindo-se em uma ponta da base educacional teórica que os futuros docentes devem construir para exercer um trabalho qualitativo e focado no objetivo primeiro da educação, formação cidadã e crítica para auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

## **DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO ACADÊMICO**

Referente aos desafios vivenciados no ensino superior, observou-se que os mais evidentes se referiam às barreiras comunicativas e materiais didáticos utilizados em sala de aula. A seguir um recorte da fala do entrevistado que expõe o aspecto comunicacional:

Acredito que, se todos tivessem conhecimento básico sobre a Libras, seria mais fácil. [...] tinha a intérprete de Libras que interpretava e traduzia todas as atividades. Mas, às vezes, eu queria conversar diretamente com a pessoa. A exemplo, quando eu ia na biblioteca antes do início da aula, queria algum livro, a pessoa ficava nervosa porque eu não faço leitura labial e ela não sabia Libras (RAFAEL, 2015).

A situação descrita acima indica que dentre os desafios ainda vivenciados pelo aluno surdo, a falta de conhecimento sobre a Libras ainda é um ponto bastante recorrente. Essa situação ainda ocorre em diversos setores da sociedade, porque a Libras é uma língua oficializada há dez anos, ou seja, as ações que visavam a sua difusão só foram sistematizadas legalmente a partir de 2002, por meio da Lei nº 10.436/02, conforme destacado em seu artigo:

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002b).

As formas institucionalizadas de uso e apoio passaram a ser pensadas somente com a oficialização da lei mencionada anteriormente e, sobretudo, a partir da necessidade de comunicação com pessoas surdas inseridas nos vários ambientes sociais.

Sobre esse aspecto convém registrar que, desde o início do processo de inclusão educacional de alunos surdos na IES, no qual o entrevistado foi aluno, foram contratados dois intérpretes de Libras para proporcionar a comunicação entre os surdos e ouvintes sem fluência na Libras. De acordo com a Lei nº 12.319/10, artigo 6º, dentre as atribuições do intérprete de Libras, destaca-se o parágrafo II:

Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2010).

Nessa perspectiva, a comunicação se fazia sempre com o auxílio de um intérprete de Libras, que é um direito de todos os alunos surdos incluídos, independente do nível educacional. Contudo, cabe enfatizar também o desejo do entrevistado em se comunicar de forma direta e poder interagir sem o auxílio de um profissional.

Bourdieu (2002, p. 32), ao falar sobre língua, enfoca que, “Enquanto produto da dominação política incessantemente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, [...] constitui a condição da instauração de relações de dominação linguística”.

Em suma, o desejo em utilizar a língua de sinais adotada por parte das pessoas surdas, e fazer valer seus direitos, é hoje uma forma de buscar o domínio de sua condição linguística, legitimando-a como meio de comunicação entre os envolvidos nesse processo.

Situando o contexto de sala de aula, o depoimento a seguir vai ao encontro das situações ocorridas em sala de aula, referente aos alunos, professores e outros.

Foi um pouco difícil quando comecei a estudar. Os alunos ouvintes não sabiam como conversar comigo. Falavam com o intérprete de Libras e perguntavam qualquer coisa sobre mim. Com o passar do tempo, a profissional que me acompanhava foi explicando para os alunos e posteriormente as coisas melhoraram (RAFAEL, 2015).

Os desafios vivenciados no início da vida acadêmica do entrevistado traz à tona a necessidade de construções mais claras sobre a pessoa surda e as características que lhe constituem como sujeitos históricos e culturais.

Destacam-se também as barreiras didáticas relatadas pelo entrevistado, principalmente no que tange ao aspecto visual. Sobre isso, ele expõe: “[...] muitos vídeos que alguns professores trazem para a sala de aula como recurso didático não têm interpretação na Libras, nem legenda” (RAFAEL, 2015). A declaração do egresso ratifica que ainda há a necessidade de materiais adaptados de modo que contemplem as necessidades de todos os alunos, além de promover acessibilidade de comunicação.

Sobre acessibilidade, a Lei nº 10.098/00, no artigo 1º, determina:

[...] normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

Dentre as determinações em prol da supressão de barreiras, enquadram-se as barreiras comunicacionais, ou seja, faz-se emergente, conforme a legislação, propiciar mecanismos que permitam o acesso à comunicação, à informação e ao conhecimento referente à pessoa surda. Nesse sentido, é relevante que o professor, no momento do seu planejamento, busque atender às necessidades desses acadêmicos.

Corroborando com a afirmação acima, Martins (2002, p. 66) destaca que “A elaboração do planejamento de ensino envolve: objetivos, conteúdos, procedimentos de ensino, recursos de ensino (materiais humanos, físicos) e avaliação”. Pensar nos recursos previamente faz parte da função do professor ao longo de sua vida profissional, de modo que haja a plena possibilidade de buscar atender a necessidade evidenciada pelo entrevistado.

Ainda nesse sentido, as observações que se referem a essa categoria evidenciam que os professores vêm buscando proporcionar a acessibilidade comunicacional. Por exemplo, quando há a utilização de filmes, os professores procuravam por versões legendadas na Língua Portuguesa. No entanto, os documentários utilizados em algumas disciplinas não tinham legenda ou janela com intérpretes de Libras. Essa situação remete à necessidade de se discutir sobre as adaptações que devem ser organizadas para se promover o acesso ao conhecimento.

Em se tratando das perspectivas futuras, o egresso descreve: “Agora que já me formei, eu quero passar em um concurso para atuar como docente, usar os conhecimentos absorvidos no curso de Pedagogia” (RAFAEL, 2015). Seu discurso demonstra expectativas positivas após sua formação. Além disso, ele aponta: “[...] as oportunidades para uma pessoa formada são muito melhores. Por isso eu acredito que os conhecimentos que eu construí poderão me auxiliar no futuro. Pretendo fazer especialização e trabalhar na área da educação”.

Isso posto, fica ratificado que ainda há muitos entraves para o processo formativo da pessoa surda. As políticas públicas que se destinam à inclusão ainda são incipientes, havendo um caminho longo a ser trilhado. Entretanto, cabe lembrar também que as oportunidades de acesso ao ensino superior têm se ampliado, apesar de muitos questionamentos ainda permanecerem sobre o acesso a esse nível de conhecimento.

Lidar com pessoas surdas ainda é um terreno sinuoso para muitos setores da sociedade. No município de Imperatriz, essa realidade se configura como relativamente recente, como evidenciaram os depoimentos do professor e da coordenadora, que descreveram o quanto ainda é novo o movimento de inclusão de surdos no ensino superior. Algumas ações ressaltadas pelos entrevistados deixam contudente que o momento vivenciado pelos atores envolvidos no fenômeno em estudo ainda pode ser considerado um precedente.

Conforme dados do e-MEC (BRASIL, 2015), *site* que relaciona as instituições credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), o município de Imperatriz possui oito IES, que funcionam com a modalidade presencial. São elas: Faculdade de Educação Santa Terezinha (Fest); Faculdade de Imperatriz (Facimp); Faculdade Pitágoras de Imperatriz; Instituto de Ensino Superior do Maranhão (Iesma); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma); Universidade do Ceuma (Uniceuma); Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e Universidade Federal do Maranhão (Ufma), além daquelas que funcionam na modalidade à distância.

Dentre as IES descritas acima, a primeira a receber alunos surdos foi esta que ora é também o universo da pesquisa. As informações da coordenação sobre o fato de esta ser a primeira instituição a promover o acesso de pessoas surdas ao ensino superior são corroboradas com os dados informados pela Associação de Surdos de Imperatriz (Assim), que esclarece que muitos surdos têm o ensino médio completo, contudo o momento em que os primeiros surdos registrados na associação adentraram no ensino superior foi o ano de 2008 e na instituição pesquisada (ASSIM, 2014).

Muitas das situações vivenciadas pelo egresso surdo, professor e coordenação são provenientes, portanto, de uma realidade incipiente no município de Imperatriz-MA. Contudo, vale lembrar que os entraves aqui mencionados ainda se fazem notórios, na medida em que não havia referências para nortear as ações. Logo, cabe também destacar que, com a entrada do então acadêmico surdo, abre-se uma porta para que as demais IES possam se organizar e receber esse grupo específico de forma legal e com as devidas possibilidades de acesso e permanência no ensino superior.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Adentrar no ensino superior ainda é um ponto a ser discutido na sociedade atual. São muitas as nuances a serem desveladas, porém trazendo a perspectiva da educação inclusiva, a discussão se torna ainda mais complexa. É preciso considerar que, para o desenvolvimento da educação de pessoas com deficiência, ainda são

necessárias transposições que assegurem de fato o direito de todos à educação e à igualdade de oportunidades.

A presente pesquisa se propôs a investigar a percepção de um egresso surdo sobre seu processo formativo. Os resultados evidenciaram que as políticas públicas vêm sinalizando a busca por melhorias no processo de inclusão de pessoas surdas no ensino superior. Para exemplificar, destaca-se o Prouni, além da criação de decretos que determinam a formação de pessoas surdas.

Considerando o processo de aprendizagem, os dados permitiram perceber que, mesmo o processo de ensino não sendo considerado ideal, o entrevistado afirma de modo contundente que construiu conhecimentos muito importantes, apesar de alguns entraves ocorridos durante o período acadêmico.

Um ponto importante a ser evidenciado refere-se aos desafios vivenciados pelo entrevistado. A falta de acessibilidade comunicacional nos materiais didáticos disponibilizados por alguns professores foi um aspecto relatado e que deve ser considerado como sugestão para a melhoria do processo de aprendizagem da pessoa surda, visto que, por ser um usuário da Libras, que é uma língua visual e espacial, precisa estar em foco nos momentos visuais, tais como filmes, documentários, dentre outros, ou ainda que tais recursos tenham as falas legendadas na Língua Portuguesa.

Muitos avanços foram alcançados com a educação inclusiva e as políticas públicas nos últimos anos, potencializando a entrada de pessoas surdas no ensino superior. No entanto, há ainda a necessidade de transpor desafios, como a construção de acepções mais claras sobre a pessoa surda, sua língua e seu desenvolvimento. Mediante a situação educacional em que as pessoas surdas se encontram, percebe-se que muitos desafios ainda persistem, como a compreensão acerca das especificidades linguísticas da pessoa surda, recursos visuais, dentre outros.

## REFERÊNCIAS

ASSIM. **Associação dos Surdos de Imperatriz**. 2014.

BARBOSA, R. L. L.; CATANI, D. B. Formar educadores - desafios para todos os tempos. IN: BARBOSA, R. L. L. (Org). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Presidência da República . **Parâmetros Curriculares Nacionais adaptações curriculares**. Brasília: Ministério da Educação. 1998.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Ministério da Educação. 2000.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002**. Brasília: Ministério da Educação. 2002a.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação - **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002b.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação - **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005a.

BRASIL. Presidência da República . **Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Brasília. 2005b.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. 2008.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010**. Brasília: Ministério da Educação. 2010.

BRASIL. Ministério da educação e cultura-MEC. **e-MEC**. Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados. 2015. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 20 de setembro de 2015 (Texto digital). 2015.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

GARCÍA, C. M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Tradutora: Isabel Narciso. Porto- Portugal, Porto Editora, 1999.

GLAT, R. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda**. Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

LIMA, N .M. F. de. Inclusão escolar de surdos: o dito e o feito. In: LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B. de; FERNANDES, E. (Orgs). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LOPES, M. C. **Surdez e educação**. 2 ed. rev. Ampl.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MANZINI, E. J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.(Org.). **Educação Especial: Diálogo e Pluralidade**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2008.

MARTINS, L. O. **Didática teórica didática prática: para além do confronto**. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2 ed. São Paulo: Summus, 2012.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Ed. revista e modificada pelo autor. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

RANGEL, G. M. M.; STUMPF, M. R. A pedagogia da diferença para o surdo. IN: LODI, A. C. B.; MÉLO, A.D. B.de; FERNANDES, E. (Orgs). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SILVA, A. C. da. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. IN: LODI, A. C. B.; MÉLO, A.D. B.de; FERNANDES, E. (Orgs). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.